



MAI

MAI AMBIENTE

CADERNO DE ENCARGOS

PROCEDIMENTO:	CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CCP
PREÇO BASE:	232.200,00€ (DUZENTOS E TRINTA E DOIS MIL E DUZENTOS EUROS)
OBJETO CONTRATUAL:	" FINANCIAMENTO POR LOCAÇÃO FINANCEIRA DA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA PESADA DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS"

ÍNDICE

CAPÍTULO I CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	4
Cláusula 1.ª Objeto contratual.....	4
Cláusula 2.ª Contraente Público	4
Cláusula 3.ª Contrato.....	4
Cláusula 4.ª Prazo de execução e vigência	5
Cláusula 5.ª Prazo de entrega dos veículos e equipamentos	5
Cláusula 6.ª Condições de pagamento	5
Cláusula 7.ª Requisitos Sustentáveis	6
Cláusula 8.ª Obrigações e deveres do Contraente Privado	6
Cláusula 9.ª Seguros	7
Cláusula 10.ª Preço contratual	7
Cláusula 11.ª Cessão da posição contratual	8
Cláusula 12.ª Patentes, Licenças e marcas registradas	8
Cláusula 13.ª Sigilo.....	8
Cláusula 14.ª Causas de Força Maior.....	8
Cláusula 15.ª Sanções contratuais	9
Cláusula 16.ª Resolução do contrato pela Maiambiente	10
Cláusula 17.ª Resolução do contrato por parte do Contraente Privado.....	10
Cláusula 18.ª Comunicações e notificações.....	10
Cláusula 19.ª Contagem dos prazos	11
Cláusula 20.ª Foro competente	11
Cláusula 21.ª Legislação aplicável.....	11
CAPÍTULO II CLÁUSULAS TÉCNICAS	12
Cláusula 22.ª Objeto do Contrato.....	12
Cláusula 23.ª	
Contrato de locação financeira.....	17

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto contratual

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual de Concurso Público Internacional, que tem por objeto principal o “FINANCIAMENTO POR LOCAÇÃO FINANCEIRA DA AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA PESADA DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS”, em conformidade com o previsto nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.

2 - A entrada inicial será de 42.800,00€, TAEG de 4,23%, regra de indexação Euribor a 12 meses/360 e spread máximo de 0,51%, para um prazo contratual de 60 meses (5 anos), e um valor residual de 1 (um) €.

3 - O referido prazo estipulado permite acomodar no orçamento previsional da Maiambiente, os encargos com as prestações mensais a pagar ao adjudicatário, durante a vigência do contrato.

Cláusula 2.ª

Contraente Público

O Contraente Público é a Maiambiente, EM, tendo sido a decisão de contratar tomada pelo Conselho de Administração da Maiambiente, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, na sua reunião do dia **18 de julho de 2024**.

Cláusula 3.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
 - a) Caso se verifiquem, os suprimientos dos erros e das omissões das peças do procedimento identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Caso se verifiquem, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;

- c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Caso se verifiquem, os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Contraente Privado.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
 4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, caso existam, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Contraente Privado nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.ª

Prazo de vigência do contrato

- 1 - O contrato de locação financeira entra em vigor com a entrega da viatura e equipamentos adjudicados, nas condições previstas na cláusula seguinte, mantendo-se em vigor pelo **período de 60 (sessenta) meses** e cessando automaticamente no fim do prazo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2- O **prazo de vigência do contrato será superior a três anos, e ao abrigo dos artigos 48º e 440º, ambos do CCP**, justificando-se pelos seguintes argumentos: Efetuada uma consulta preliminar de mercado junto de entidades especializadas, considera-se que as condições mais adequadas são para um prazo contratual de 60 meses (5 anos), e um valor residual de 1€. Assim, o prazo estipulado permite acomodar no orçamento previsional da Maiambiente, os encargos com as prestações mensais a pagar ao adjudicatário, durante a vigência do contrato.

Cláusula 5.ª

Entrega do veículo

- 1 - O veículo será entregue no **prazo máximo de 300 dias corridos**, após a data da celebração do contrato com a “SOMA, SA”, respeitante à “Aquisição de uma viatura pesada RSU” pelo valor de 214.000,00€, acrescido do IVA À taxa legal em vigor.
- 2 - O Contraente Privado obriga-se a disponibilizar simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos, em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daquele.
- 3 - Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do Contraente Privado.

Cláusula 6.ª

Propriedade do veículo e opção de compra

1 – A Locadora é a única e exclusiva proprietária do veículo a locar, não podendo o Contraente Público ceder a sua utilização a terceiros sem expressa autorização da Locadora.

2 - Em caso de furto, roubo, dano ou qualquer outro evento que perturbe a disponibilização dos equipamentos, a Entidade Adjudicante informará a Locadora, no prazo máximo de 3 dias, do evento ocorrido.

3 – No termo do prazo de vigência de cada contrato, o Contraente Público poderá devolver o veículo objeto do contrato tendo por referência o seu normal estado de conservação ou optar pela sua compra, comunicando-o com a antecedência de 30 dias do seu termo, mediante o pagamento do valor residual.

2. Para efeitos do exercício da opção de compra, é fixado o valor residual de 1€.

Cláusula 7.ª

Requisitos Sustentáveis

O Contraente Privado, tendo em vista garantir o desenvolvimento sustentável da sua atividade em prol da proteção do meio ambiente e dos princípios e direitos fundamentais dos trabalhadores, assumirá a responsabilidade de:

- a) disponibilizar nas suas instalações recipientes para a recolha diferenciada de papel, embalagens, vidro e resíduos indiferenciados e proceder à remoção e à deposição dos mesmos (reciclagem ou eliminação) de acordo com as Boas Práticas da Gestão Ambiental e com as normas nacionais e internacionais de tutela do ambiente;
- b) assegurar que os materiais utilizados na execução do contrato foram fabricados em pleno respeito pelos princípios éticos e de proteção do trabalhador, nomeadamente pelas normas aprovadas pela Organização Internacional do Trabalho.

Cláusula 8.ª

Obrigações e deveres do Contraente Privado

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o Contraente Privado as seguintes obrigações principais:

- a) Financiar a aquisição do veículo ao Contraente Público, conforme a quantidade, marca, prazo de entrega e requisitos de fornecimento definidos no Caderno de Encargos e demais documentos contratuais;
 - b) Não alterar as condições do financiamento fora dos casos previstos neste Caderno de Encargos;
 - c) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é prestado o financiamento, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
 - d) Obrigação de cumprir toda a legislação em vigor relativamente ao bem a alocar;
 - e) Garantir, durante a vigência do contrato, o cumprimento do disposto na Parte II – Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos.
2. A título acessório, o Contraente Privado fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
3. Impendem ainda sobre o Contraente Privado as demais obrigações previstas no Caderno de Encargos e outras obrigações previstas na legislação aplicável, nomeadamente os decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais - Reg (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e Conselho.

Cláusula 9.ª

Seguros

- 1. No que respeita ao bem adquirido através da presente operação de financiamento, é da responsabilidade da Maiambiente a auto assunção do risco de danos próprios.
- 2. A cobertura do risco de Responsabilidade Civil, até ao montante de € 50.000.000,00, será assegurada por intermédio da contratação de seguro para o efeito.

Cláusula 10.ª

Preço contratual

- 1. Pela locação financeira (*leasing*) da viatura objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Contraente Privado **as rendas que vierem a ser estipuladas, com uma entrada inicial de 42.800,00€, o valor correspondente à Taxa Anual Efetiva Global (TAEG) contratada, pelo período contratual de 60 (sessenta) meses, bem como o valor residual de 1 (um) euro.**
- 2. O preço das rendas mensais referidas no número anterior deve incluir todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público.

Cláusula 11.ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela Maiambiente nos termos da Cláusula 10.ª do presente Caderno de Encargos devem ser pagas em rendas postecipadas, com periodicidade mensal, vencendo-se a primeira renda no mês seguinte após a entrega do veículo.
2. Em caso de discordância por parte da Maiambiente quanto aos valores indicados nas faturas/notas de débito, deve esta comunicar ao Contraente Privado, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura/nota de débito corrigida.
3. Em caso de discordância por parte da Maiambiente quanto aos valores indicados nas faturas/notas de débito, deve esta comunicar ao Contraente Privado, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura/nota de débito corrigida.
4. Em caso de atraso da Maiambiente no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, sem prejuízo do direito de resolução do Contraente Privado.
5. As faturas/notas de débito serão enviadas pelo Contraente Privado à Maiambiente.
6. O Contraente Privado deverá emitir fatura/nota de débito eletrónica, nos termos do disposto no artigo 299.º-B do CCP, aplicando-se-lhe a norma transitória constante do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, a qual fará obrigatoriamente menção ao número do procedimento constante do Contrato.
7. Nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, conjugados com a Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro, as faturas devem ser apresentadas por via eletrónica (fatura eletrónica), via EDI – Eletronic Data Interchange.
8. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números 4 e 5 da presente cláusula, as faturas/notas de débito serão pagas através de transferência bancária.

Cláusula 12.ª

Cessão da posição contratual

1. A cessão, total ou parcial, da posição contratual do Contraente Privado e a subcontratação, sob qualquer forma, de uma entidade terceira para execução do contrato, dependem de autorização escrita da Maiambiente.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, o pedido de autorização deve ser formulado com pelo menos 30 dias de antecedência relativamente à data prevista para o início de vigência do acordo de cessão ou de subcontratação.
3. O pedido de autorização previsto no número anterior deve ser instruído com a minuta de acordo de cessão ou de subcontratação.

Cláusula 13.ª

Patentes, Licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do Contraente Privado quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes, licenças ou outros títulos no âmbito da propriedade intelectual ou industrial.
2. Caso a Maiambiente venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Contraente Privado indemniza-a de todas as despesas que aquela, em consequência, tenha de assumir e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 14.ª

Sigilo

1. O Contraente Privado deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Maiambiente, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação à execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato, tanto durante a sua vigência, como após a sua cessação.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto nesta cláusula a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Contraente Privado ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 15.ª

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Maiambiente pode exigir do Contraente Privado o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - Pelo incumprimento do prazo de entrega da viatura, até 5% do preço contratual,

- excluindo juros, por cada dia de atraso;
- Pelo incumprimento das restantes obrigações contratuais, até 5% do preço contratual, excluindo juros.
2. Para efeitos do disposto no número 2 do artigo 329.º do CCP, o valor acumulado de penalidades contratuais não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
 3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Contraente Privado, a Maiambiente pode exigir-lhe uma pena pecuniária de valor correspondente até 20% do preço contratual, excluindo os juros.
 4. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Contraente Privado ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega ou incumprimento da obrigação tenha determinado a respetiva resolução.
 5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Maiambiente tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Contraente Privado e as consequências do incumprimento.
 6. A Maiambiente pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
 7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Maiambiente exija uma indemnização ao Contraente Privado pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo, nos termos gerais da responsabilidade civil.

Cláusula 16.ª

Causas de Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Contraente Privado, nem é tida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior ou que não lhe seja imputável, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Pode consubstanciar um caso de força maior, nos termos do número anterior, nomeadamente tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratados do Contraente Privado, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Contraente Privado ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Contraente Privado de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Contraente Privado de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Contraente Privado, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Contraente Privado não devidas a sabotagem e pelos quais o mesmo não deva ser responsabilizado;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.ª

Resolução do contrato pela Maiambiente

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Maiambiente pode resolver o contrato no caso de o Contraente Privado violar, de forma grave, qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração expressa enviada ao Contraente Privado.

Cláusula 18.ª

Resolução do contrato por parte do Contraente Privado

O Contraente Privado pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 19.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do presente Contrato, estas regulam-se pelas disposições do CCP e efetuam-se para o domicílio ou sede de cada uma das partes no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto das partes deve ser comunicada à outra parte e ser reduzida a escrito, sem o que não produz qualquer efeito.

Cláusula 20.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no Contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do artigo 471.º do CCP.

Cláusula 21.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 22.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que estiver omissa no presente Caderno de Encargos será observado o disposto no Código dos Contratos Públicos e na demais legislação portuguesa aplicável.

CAPÍTULO II

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 23.ª

Objeto do Contrato

O presente procedimento pré-contratual tem por finalidade a celebração de contrato de financiamento por locação financeira (*leasing*) da Aquisição de viatura pesada RSU, considerando o seguinte:

1. Procedimento de seleção do fornecedor da viatura

Foi lançado o procedimento de concurso público, com publicidade internacional, por Lotes, com o propósito de selecionar o Fornecedor, através do **anúncio nº 14689/2023, de 4 de setembro de 2023 e no Jornal Oficial da União Europeia (2023/S 169-531110)**.

2. Fornecedor

O fornecedor da viatura pesada RSU classificado em primeiro lugar foi a entidade “SOMA, SA” pelo valor de 214.000,00€, acrescido do IVA À taxa legal em vigor.

Cláusula 24.ª

Contrato de locação financeira

1. Modalidade do Contrato

O contrato de financiamento reger-se-á pelas disposições aplicáveis aos contratos de locação financeira – *leasing*, nomeadamente as constantes do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, com as posteriores alterações, e dos Avisos e Instruções do Banco de Portugal, bem como pelo Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.

2. Características da viatura

- CHASSI
 - MARCA: **SCANIA**
 - MODELO: **P280 B4x2NA**
 - PESO BRUTO: **19 TONELADAS**
- SUPERESTRUTURA
 - MARCA: **SEMAT**
 - ELEVADOR: **DELTA**

3. Rendas

A locação financeira (leasing) da viatura pesada RSU será feita mediante o pagamento pela Maiambiente, EM de rendas postecipadas com periodicidade mensal, considerando uma entrada inicial de 42.800,00€.

4. Valor Residual

No final do contrato, é intenção da Maiambiente adquirir a viatura, pelo que deverá ser considerado o valor residual de 1 (um) €.

5. Duração da Operação

A locação financeira objeto do presente procedimento terá uma duração de 60 (sessenta) meses, conforme o disposto na Cláusula 4.ª e na Cláusula 5.ª, do presente caderno de encargos, cessando a mesma no fim do prazo, sem necessidade de denúncia.

6. Indexação

A presente operação de financiamento deverá ser indexada à EURIBOR a 12 meses, na base 360, apurada em função da média aritmética simples das cotações diárias do mês anterior ao período de contagem de juros, arredondada à milésima.